

(Texto com revisão.)

 **PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Boa tarde a todos, sejam bem-vindos ao nosso retorno do recesso, que Deus os abençoe. (Pausa.) Eu gostaria de agradecer aos vereadores que estiveram presentes na inauguração do Bloco de Utilidades. Também quero fazer um registro muito importante para a Câmara de Vereadores: a nossa Rádio da Câmara é a primeira rádio legislativa do Brasil – deixo esse destaque para os vereadores que ainda não sabiam. Também agradecemos a toda a equipe que montou os três aparelhos de TV aqui, do plenário, para quem ainda não percebeu, são maiores para melhorar as imagens.

Lembro também que, na sala 301 das comissões, hoje tem as câmeras para filmagem, onde haverá, por semestres, sorteios para que toda semana uma comissão possa ter o seu trabalho transmitido ao vivo, isso aí será feito por sorteio. Na sala 301, então, é onde já temos as câmeras que estarão funcionando para que seja transmitido ao vivo. Uma outra coisa bem importante aos colegas vereadores é que nós conseguimos, com a aprovação das gratificações dos 108 funcionários que não recebiam da Câmara, esse ajuste todo, fazendo com que os exames admissionais na Câmara Municipal possam começar a ser feitos por aqui, já pelo nosso ambulatório. Então, não está descartado o posto do IAPI, mas já estão funcionando já também por aqui. Passo ao Dr. Luiz Afonso para que faça os apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo os seguintes ofícios firmados pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre: Ofício nº 2335/23, informando que se ausentará do Município das 13h do dia 18 até às 20h do dia 22 de julho - já ocorrido -, a fim de participar do 37º Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Conasems, e da agenda com o prefeito de Goiânia, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Ofício nº 2539/23, informando que se ausentará do Município das 17h do dia 28 até às 18h do dia 30 de julho - já ocorrido -, a fim de participar da Expofavela Innovation, na cidade do Rio de Janeiro.

Ofício nº 2630/23, informando que se ausentará do Município do dia 3 até às 12h do dia 4 de agosto do corrente ano para participar de reunião da Frente Nacional de Prefeitos, com o ministro Alexandre de Moraes, para tratar da política nacional para a população e situação de rua, na cidade de Brasília.

O Ver. João Bosco Vaz solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 1º de agosto de 2023.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Boa tarde a todos que nos acompanham pela TVCâmara, pelo YouTube, nessa volta do recesso parlamentar. Quero cumprimentar todos os colegas que estão aqui presentes na Casa e dizer que o que engrandece a política é a política feita com honestidade, com princípios, com valores, que mira o bem comum e que busca alcançar a harmonia, o respeito à sociedade e os melhores objetivos em relação à cidade em que a gente mora. Infelizmente, o que aconteceu na semana que passou, com a liminar que interditou as obras do Parque da Harmonia, que nós esperamos sinceramente que seja derrubada nas próximas horas pelo recurso do Poder Executivo, porque acompanhamos esse processo, lemos esse processo e percebemos que não há absolutamente nenhuma irregularidade. Em diversas conversas com o secretário Germano, da SMAMUS, não há nenhuma irregularidade, não há devastação; há um trabalho de drenagem importantíssimo sendo feito, que deveria ter sido feito quando o parque foi construído e não aconteceu, mas está acontecendo agora. E, para cada árvore exótica ou doente que foi tirada do parque, cinco outras nativas serão plantadas. Eu não tenho dúvida de que essa ação foi uma ação politiqueira, ideológica, sem fundamento técnico, revanchista, enfim a justiça há de dizer.

Eu quero ler para vocês, neste momento, a nota em apoio à continuidade das obras do Parque da Harmonia, que foi elaborada por 36 entidades no dia 1º de agosto, ontem, e publicada hoje em alguns meios de comunicação. Essa nota surgiu dentro do Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico – é um grupo que existe –, e eu a lerei a seguir para vocês: (Lê.) “Mudanças sempre geram inquietações, principalmente quando interferem nos hábitos das pessoas, porém é importante destacar que a revitalização dos espaços públicos visa à melhoria de condições da vida da população por meio da promoção, da construção e da recuperação de equipamentos de infraestrutura e da valorização de tradições locais como medidas de dinamização social, ambiental e econômica. Entendemos ser este o propósito da concessão do parque Maurício Sirotsky Sobrinho, o Parque da Harmonia. Com responsabilidade e comprometimento com o bem público, os projetos foram aprovados dentro das leis municipais com todo rigor e acompanhamento técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. A concessão foi vencida após um processo célere com amplo conhecimento da sociedade, sendo noticiado por reconhecidos veículos de comunicação do Estado. Trata-se de um marco para história de Porto Alegre, assim como as obras dos trechos um e três da orla do Guaíba foram para a cidade. Mesmo há pouco tempo à disposição de todos os porto-alegrenses e turistas já são orgulho para a população. Mais de 50 mil pessoas passam pelo local todas as semanas. Demorou-se mais de 20 anos para vivenciarmos o melhor equipamento de lazer da Região Sul, um dos mais espetaculares do País; tempo perdido, empregos perdidos, turismo perdido, e o pior, bem-estar da população perdido. O Parque da Harmonia terá um investimento de R\$ 281 milhões e espera receber 5 milhões de visitantes por ano, segundo a GAM3 Parks. Além disso, fará parte de um complexo de lazer e turismo justamente com a orla do Guaíba, compatível às grandes cidades e referências em urbanismo no mundo. Todas as árvores que foram suprimidas serão compensadas, na proporção de uma para cinco, conforme dispõe a legislação municipal, uma das mais restritas entre as capitais do País. A qualificação do parque trará melhorias significativas para a cidade, incluindo a drenagem, tornando-o utilizável durante

o ano todo, e a valorização da acessibilidade, promovendo a inclusão de todos os cidadãos. Espaços para eventos temporários, alimentação e comércio serão construídos, enriquecendo a vida cultural e turística da cidade. A reforma da Casa do Gaúcho, edificações culturais, centro de informações, paisagismo, mobiliário urbano e infraestrutura urbana integrarão o projeto, tornando o parque moderno, completo, atrativo e agradável à comunidade e aos visitantes.

A paralisação das obras gera insegurança jurídica, afetando não apenas o andamento do projeto do parque, mas também lançando dúvidas sobre futuras concessões que visam à revitalização de espaços públicos. A incerteza legal pode comprometer investimentos futuros, desencorajando potenciais parceiros e prejudicando o desenvolvimento urbano e turístico de Porto Alegre. Não se tem mais tempo a perder. Projetos inovadores, aprovados pela legislação municipal e com capacidade de gerar empregos e bem-estar aos cidadãos de Porto Alegre, são bem-vindos”. Assinam: ABIH/RS – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do RS; Abrasel - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; Aclame - Associação da Classe Média; ACPA - Associação Comercial de Porto Alegre; AEHN - Associação das Empresas dos Bairros Humaitá e Navegantes; Agademi/RS - Associação Gaúcha de Empresas do Mercado Imobiliário; AGV – Associação gaúcha do Varejo; Amicro POA - Associação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Porto Alegre; Ceporto - Centro Empresarial Porto Seco; EO-Porto Alegre - Entrepreneurship Organization Porto Alegre; IBEF-RS - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do RS; ICF - Instituto Cultural Floresta; IEE - Instituto de Estudos Empresariais; Lide-RS - Grupo de Líderes Empresariais – RS; Live Marketing - Grupo Orgânico de Empresas de Live Marketing RS; Porto Alegre Convention Bureau; Proir/UFRGS - Pró-Reitoria de Inovação e Relações Institucionais da UFRGS; Secovi/RS - Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais no RS; Sergs - Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; Sescon-RS - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias Informações e Pesquisas do RS; SHPOA – Sindicato de Hotéis de Porto Alegre; Sicepot-RS –

Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral do RS; Sindha – Sindicato de Hospedagem e Alimentação de POA e Região; Sindilojas - Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre; Sinduscon-RS - Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul; Sulpetro - Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do RS; Techroad; Transforma-RS; Porto Alegre Convention Bureau; AGM – Associação Gaúcha de Microcervejarias; Amcham; ARP; Sinedin-RS; CDL Poa; Instituto Caldeira; Sindienergia. Parabéns a todas as entidades que assinaram esse documento.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, venho saudar aqui o Presidente desta Casa, Ver. Hamilton; saudar os demais vereadores, dando as boas-vindas, após esse recesso parlamentar, à nossa primeira sessão. Eu venho a esta tribuna para falar novamente sobre os psicólogos nas escolas, compartilhar com vocês que em 11 de dezembro de 2019 foi sancionada a Lei nº 13.975 de 2019, que prevê que as escolas contarão com serviço de psicologia e serviço social. Essa lei tinha o prazo de um ano para regulamentação, então esse prazo de um ano terminou em dezembro de 2020. Quando eu assumi na Câmara de Vereadores, como vereadora, a primeira ação do meu mandato foi fazer uma reunião com o nosso prefeito Sebastião Melo e na época com Dr. Alceu Gomes, ele que era o coordenador da área da saúde mental aqui de Porto Alegre, da Prefeitura. Desde a primeira reunião, nós apresentamos essa lei federal e já solicitamos ao nosso prefeito as providências para regulamentar. Desde então, nós temos feito, pelo nosso mandato, diversas reuniões, reuniões com nosso prefeito, reuniões com o secretário de educação, reuniões com Conselho Regional de Psicologia, com o Sindicato de Psicologia, audiências, sempre batendo na mesma tecla sobre a importância dos psicólogos nas

escolas, da regulamentação da Lei Federal nº 13.935. O tema já foi pautado, discutido na Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, inclusive já fizemos pedido de informações, pedido de providências, fizemos um indicativo de lei, solicitando ao nosso prefeito a contratação de 17 psicólogos. Quero compartilhar que nesses três anos e pouco de mandato nós estamos nessa luta, nesse debate pela insistência dos psicólogos nas escolas, e compartilhar então que nós conseguimos que o governo atendesse o nosso pedido. Para minha alegria, na última segunda-feira, dia 24 julho, foi publicado um edital que convoca OSCs – Organizações da Sociedade Civil, para parcerizar com a Prefeitura e contratar 27 psicólogos, 16 assistentes sociais, 357 agentes de educação inclusiva, entre outros profissionais. Com essa equipe multidisciplinar vamos conseguir promover uma educação mais inclusiva e um ambiente mais saudável. O psicólogo pode contribuir em programas de prevenção de drogas, de suicídio, de autolesão, de *bullying*, pode também trabalhar na área de promoção de saúde mental, de hábitos saudáveis, de bem-estar, de felicidade. Com esse edital de chamamento, o prefeito está também assumindo um protagonismo em nível nacional, pois, conforme os dados do Conselho Federal de Psicologia, somente em 85 cidades no Brasil têm psicólogos nas escolas. E a nossa capital Porto Alegre será mais uma cidade que terá os psicólogos. Outra questão que acho bem importante ressaltar é a questão dos Agentes de Educação Inclusiva – serão contratados 357 Agentes de Educação Inclusiva. Eu tenho andado pela nossa cidade, Porto Alegre, por diversos bairros, tenho observado que várias mães, vários pais têm reclamado sobre a questão dos monitores. Esses Agentes de Educação Inclusiva vão dar conta desse trabalho, que é atender as nossas crianças, nossos alunos especiais, com autismo e outras questões. Então, para finalizar, quero ressaltar aqui a minha alegria de todo nosso mandato, nesses três anos, solicitando, pedindo ao nosso prefeito – o nosso pedido era inclusive de 17 psicólogos, um por cada região da cidade, conforme o OP; o nosso prefeito está contratando 27 psicólogos, o nosso prefeito está deixando a sua marca na cidade, o seu legado, que é a prevenção. Estamos investindo em prevenção, e o futuro nos agradece. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos dá honra pela TVCâmara, bem como presencialmente aqui, particularmente a direção do Simpa que está aqui, receba o meu abraço. Eu tenho, Presidente, Ver.^a Fernanda Barth, muito respeito, Ver. Oliboni, pelas posições divergentes das minhas, tenho. E, na verdade, eu me sinto um democrata – procuro agir assim –, Ver.^a Karen, e um argumento melhor que o meu me convence, eu posso mudar de opinião. A Ver.^a Fernanda Barth colocou alguns dados aqui dos quais eu respeitosamente divirjo completamente, completamente. Há muitos anos, nós temos aqui uma tradição, no Parque da Harmonia, Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Por um lado, há toda uma articulação, um trabalho de preservação ambiental; por outro, há as tais tradições gauchescas, importantes – eu sou de uma família que preserva essas tradições, sou Fagundes Ruas. Durante muitos anos, houve tentativas de mudar o Parque da Harmonia, de colocar ali cimento, de colocar ali uma obra; de colocar, como agora, uma roda gigante. Houve até um governo do PT, Ver. Oliboni, em 1994, em que houve a tentativa, e nós, na Câmara, com o apoio da bancada do PT – quem nos liderou na época foi o Ver. Giovani Gregol, hoje saudoso –, fomos contra. Havia a ideia do prefeito Tarso Genro, que eu digo respeitosamente, de colocar ali. Mas não é possível, não é possível que se desconsidere a importância da preservação ambiental naquele local, onde, inclusive, há espécimes – tanto fauna, quanto flora – que não há em outro lugar, só tem ali. Só tem ali! É uma obrigação nossa preservar, é dentro de Porto Alegre. Essa ideia do progresso, entre aspas, de qualquer forma e a qualquer preço não vai nos seduzir; pelo contrário, a nossa obrigação – repito – é com o meio ambiente, e isso não diz respeito apenas a nós, diz respeito às gerações de hoje e às gerações futuras. Esse é um dado de mérito. Respeito quem pensa diferente?

Claro que sim, é um direito; mas eu trago argumentos aqui que, sob o meu ponto de vista, são incontestáveis. Um deles é a questão do ambiente, essa questão ambiental é fundamental; o outro é que até para as tradições gauchescas eu não sabia que podia haver acampamento ou cancha reta em cima de cimento. Não tem como ter isso, não existe isso! E por outro lado há uma decisão judicial. Há um pensamento leigo que vem da área jurídica, mas tomou conta da sociedade, Ver. Janta: decisão judicial a gente cumpre ou recorre. Ficar só criticando, criticando... Decisão judicial a gente cumpre ou recorre. Podem recorrer. Mas há uma decisão judicial em vigor, há uma liminar importante fundamentada, baseada, totalmente amparada na legislação em vigor, seja do nível federal, estadual, municipal e até internacional de preservação de áreas desse tipo. Então, em tempo de liderança, eu queria contestar os argumentos trazidos pela ilustre Ver.^a Fernanda Barth, porque na nossa visão a justiça agiu certo e aquela área não pode ser modificada, sob pena de prejuízos ambientais talvez irreversíveis. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Senhor Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, iniciando mais um semestre de atividades no plenário da Câmara Municipal, inicialmente quero agradecer a gentileza da Casa, por intermédio do Presidente, de nós recebermos um *pin* ou um *botton* dos 250 anos da Câmara. Quanta honra ser vereadora no ano em que a Câmara Municipal de Porto Alegre completa 250 anos. Este *pin* nós podemos usar diariamente nos identificando como membros desta Câmara nos 250 anos.

Mas hoje eu quero falar de um assunto que é bem importante: nós vemos tantas pesquisas dizendo que o nosso Estado é um Estado violento, é o Estado que mais registra maus-tratos contra as mulheres, feminicídio. E eu tenho uma avaliação também: nós somos um Estado em que nós temos muitos dados

oficiais que são utilizados para muitos trabalhos fora do Estado, até em nível nacional. Então eu acho que esse destaque também se prende a uma conscientização e à coragem de se denunciar esses casos em que as mulheres são acometidas pela violência. Também lembrar que hoje se comemora o mês do Agosto Lilás, que foi criado pela Secretaria da Mulher, no aniversário da Lei Maria da Penha, que tem programação que inclui debates, atividades voltadas à conscientização sobre enfrentamento da violência contra as mulheres. A campanha Agosto Lilás, de 2023, é desenvolvida anualmente pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, em Brasília, pelo aniversário da Lei Maria da Penha. É a [Lei nº 11.340](#), de 2006, que completa 17 anos. Então essas ações da campanha se estendem e chegam nos estados e nos municípios, para sempre darmos destaque. Eu já fui da Procuradoria da Mulher, tive algum envolvimento com a Casa Viva Maria, com a Delegacia da Mulher; nós crescemos muito porque nós convivemos com a realidade - infelizmente não é o que gostaríamos. Essa ação, em Brasília, fazia parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a Procuradoria Especial da Mulher, do Senado, e o objetivo é isso que nós estamos citando, que são campanhas; eu acredito muito nas campanhas de conscientização, sempre conseguimos atingir um percentual, pode ser mínimo, mas sempre alguém sai multiplicando as informações que são passadas nesse tipo de campanha de conscientização. Hoje nós temos a Procuradoria da Mulher da nossa Câmara Municipal comandada pela Ver.^a Mônica Leal. Então o Agosto Lilás é tradicional, lá no Congresso se fazia o acendimento de luzes, e foi sancionada a [Lei nº 14.448](#), de 2022, que ampliou em nível nacional o Agosto Lilás como o mês da proteção à mulher, destinado à conscientização, como eu falei, para o fim da violência contra as mulheres. É muito importante evoluir também para a recuperação das pessoas que são envolvidas nesses casos, porque não é nada fácil, no momento em que a pessoa é denunciada, não consegue se livrar tão rapidamente de uma denúncia que às vezes ela não está visivelmente comprovada, mas normalmente tem que se afastar do seu lar. Então atenção a todos, cuidar a lei, não praticar maus-tratos à vida das mulheres também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Vou aqui também me reportar ao tema do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, o Parque da Harmonia, e os senhores poderão acompanhar, em tela, algumas imagens que nós achamos absolutamente importantes que os vereadores e vereadoras possam visualizar.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nesse primeiro vídeo, percebe-se uma retroescavadeira arrancando uma árvore, eu diria, nativa, e que tem para nós uma enorme importância nesse cenário de devastação do Parque da Harmonia. Essa árvore é uma Tipuana, uma árvore centenária, e somente aqui ao sul, próximo à Usina do Gasômetro, foram retiradas quatro árvores centenárias. A próxima é no centro do Parque da Harmonia, próximo ao Centro Cultural, olhem a forma como foi arrancada essa Tipuana pela retroescavadeira. Ora, por que será que o Ministério Público de Contas pediu uma auditoria urgente? Por que será que o Ministério Público pediu o cancelamento das obras? É uma obviedade. Olhem a situação da fauna, olhem a situação do dito asfalto que eles disseram ser ecológico, mais de meio metro de altura, sem observar a proteção, enfim, das árvores centenárias que ali estão. Nós não estamos aqui discutindo o grande evento da cidade que é, sim, a Semana Farroupilha. Esse é o calendário da cidade, quem tem que lutar por ele é o governo municipal, quem tem que defender ele é o governo municipal e não dizer que a GAM3 Parks, que comete um assassinato de plantas e árvores, não será possivelmente multada, mas é uma obviedade. O governo municipal é conivente, porque no projeto

original foram autorizadas, pelo primeiro projeto que tem licenciamento, Ver.^a Fernanda Barth, 83 árvores, e depois o poder público municipal autorizou a retirada de 432 árvores. Sabe quantas árvores a GAM3 já retirou, Ver. Jonas? Cento e três árvores! Como será feita essa compensação? Sabe qual é a proposta apresentada pela GAM3 Parks? Para cada árvore derrubada, serão cinco mudas. Imaginem se cinco mudas vão representar uma árvore centenária que representa uma enorme ação concreta para a nossa querida Porto Alegre! Os vereadores de direita, capitalistas, defendem outro sistema de cidade que tem que entregar o que é público para o privado e tem que entregar os parques, a saúde pública, a educação. É isso o que eles querem, um outro tipo de cidade para que a iniciativa privada fature muita grana. Inclusive em parte do espaço onde temos os piquetes, está lá sendo colocado asfalto ou aquelas pedrinhas todas trabalhadas para ser o estacionamento. Onde cabiam 342 piquetes no passado, agora são 249. É isso o que vocês querem, reduzir o espaço da população, Ver. Ramiro Rosário, V. Exa. está do lado de lá, nós estamos do lado de cá, junto com o povo; o senhor está do lado dos empresários que inclusive fizeram uma nota aqui, a Fernanda Barth leu, totalmente descabida, como se fossem os grandes apoiadores do núcleo central do governo Melo. É por isso que nós defendemos um outro tipo de cidade capaz de as pessoas interagirem e poderem perceber que não se faz falcatura numa área que é essencialmente pública. Isso que é justiça! Nós, ambientalistas, e uma parte dos vereadores aqui estamos com a sociedade porto-alegrense porque não admitimos ter licença de um modelo de projeto e estar sendo executado um outro, um projeto que deu licenciamento para até 12 metros de altura, no caso da roda gigante, e já foi para 76 metros. Ora, ora, onde está o licenciamento ambiental? Onde estão as compensações? Onde está o habitat da fauna e da flora? É isso que nós estamos debatendo. Por isso, sim, estamos do lado dos piqueteiros, porque essa área é pública, é do povo e também dos piqueteiros, e por isso defendemos que realizem sim a Semana Farroupilha. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente, uma questão de ordem necessária aqui; o Ver. Aldacir Oliboni, do PT, que inclusive é autor sobre uma lei de *fake news*, subiu na tribuna aqui e falou uma *fake news*, disse que nós temos árvores centenárias no Parque da Harmonia. O Parque da Harmonia é área de aterro, Ver. Oliboni, até o início da década de 80 sequer existia aquela área ali, estava dentro do Guaíba. Vai dizer que é uma árvore centenária, sendo que sequer existia, sequer existia a área do parque até o início da década de 80. Então, ou não sabem fazer conta ou é muito mal-intencionado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu entendo a indignação do Ramiro, porque ele entende um outro tipo de projeto; essas árvores sim têm mais de 60 anos, e não há como aceitar; essas árvores têm mais de 60 anos, eu disse centenárias, mas têm mais de 60 anos, e é uma obviedade, imaginem uma compensação de cada árvore dessa natureza por cinco mudas. Desculpe-me, Ramiro, vamos debater no plenário, na tribuna.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. Começou emocionante o nosso retorno aqui.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, que já nos recebeu com o nosso *pin* dos 250 anos, meus cumprimentos, Presidente. Ver. Ramiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, me socorreu o Ver. Jonas Reis dizendo que a contagem do tempo do Ver. Aldacir Oliboni é aquela que a gente empiricamente fala dos cachorros, que a cada cinco anos conta dez. Imagine uma árvore centenária se tivesse sido plantada em 78. Quantos danos dá? Não

dá 50, não dá 40, e o Ver. Oliboni fala em árvore centenária. O Oliboni está se incluindo agora, ele não era ecologista antigo, ele é um ecologista novo, ele se incluiu nos ecologistas agora! Então agora nós temos também o “ecoCristo” com o Ver. Oliboni. Essa turma dele é a mesma turma que não queria deixar ampliar o Hospital de Clínicas, vocês lembram disso? Lembram que eles queriam proteger os fícus que estavam lá? É a mesma turma que vaiou, aqui nesta Casa, o Jaime Lerner, é quem não queria a orla; é a mesma turma! É a mesma turma que se agarrava em árvores quando foi se fazer um pequeno desvio ali na Redenção; é a mesma turma! Eu não sei se são nove ou se são onze. Antigamente eu tinha contado aqueles caras do Viva Moinhos, Viva Petrópolis, Viva 4º Distrito, Viva... Eram sempre os mesmos, eles apenas usavam uma passagem ou outra para ir de um lado para outro, mas agora foram diminuindo, a idade foi chegando, e aí não conseguem mais ir em todas essas coisas, e o Ver. Oliboni, oportunisticamente aqui, fez esse movimento. Eu quero ressaltar que entre ouvir o Ver. Oliboni e essa meia dúzia de gatos pingados, eu quero ouvir as trinta e poucas entidades que assinaram e que a Ver.^a Fernanda Barth falou, essas entidades representam a cidade, representam aquilo que há de melhor para a população; e a turma do atraso, são sempre os mesmos.

Olha, vereadores, eu fui jantar, neste fim de semana, em alguns lugares; me perguntavam: “O que é que vai?” E eu perguntava: “Tem sopa de caranguejo?” Eu fiquei com apetite por uma sopa de caranguejo, porque o que tem de caranguejo nesta cidade não dá para fazer uma sopa, não dá, é tão pouco caranguejo, mas fazem barulho e ficam puxando! Nós estamos respeitando aqui uma liminar dada no domingo à noite, à meia-noite, mas como se diz: justiça a gente acata e contesta, não desobedece. Então vamos fazer isso bem feitinho e eu tenho certeza que nós vamos continuar as obras, porque a gauchada de Porto Alegre e do Rio Grande não admite meia dúzia de gatos pingados trancarem a nossa Semana Farroupilha, a mais democrática organização cultural do Estado do Rio Grande do Sul, porque, na Semana Farroupilha, entra um peão, um simples peão, e vira patrão de um CTG ou de um piquete. Se a esquerda não quer respeitar essa tradição, não quer respeitar essa cultura gaúcha, eu lamento

muito, a esquerda está na contramão. Não sei se é toda a esquerda, mas esses caranguejos não representam, não representarão e não vão seguir essa luta que é de uma pequena parcela, de uma pequena turma que se diz ecologista, os chamados ecochatos, sem bandeira, sem razão, que só fazem barulho e não se preocupam com a tradição. Nós vamos fazer o possível, e vai acontecer a Semana Farroupilha, quer queira essa turma, quer não queira. Eles não querem, eles não gostam, a esquerda não gosta de gaúcho, mas nós vamos, sem dúvida nenhuma, fazer com que aconteça a Semana Farroupilha. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, queria dar uma informação ao Ver. Cecchim. A bancada, na época da derrubada das árvores, segundo ele, lá no Hospital de Clínicas, em prol da expansão do Hospital de Clínicas, votou favorável. O governo Dilma e, agora, o governo Lula, desde lá até hoje, investiram R\$ 700 milhões para poder construir um novo prédio e colocar o mobiliário para poder funcionar. Portanto, é uma diferença enorme do governo que ele apoiou anteriormente e do nosso governo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas vereadores, vereadoras, pessoas que nos assistem; muito bom estar aqui iniciando este segundo semestre do ano legislativo. Eu quero, num primeiro momento, cumprimentar a primeira rádio legislativa de Porto Alegre e a primeira do Brasil. Eu, como jornalista, e trabalhei em rádio, fico muito feliz que isso tenha acontecido aqui, Presidente, na capital do Rio Grande do Sul. São 24 horas de uma rádio no ar, isso é inédito, é maravilhoso! Parabéns a todos vocês! Parabéns, Presidente, o rádio é o maior e o melhor veículo, o mais democrático, desde um peão que está no campo até um grande empresário tem condições de escutar.

Eu quero aqui deixar o meu apoio ao Acampamento Farroupilha, esse assunto foi amplamente discutido na Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa. Recebemos a GAM3 que é responsável pela concessão. Recebemos representantes da Prefeitura, do Ministério Público, na área ambiental, também do tradicionalismo. E é aquilo que eu sempre digo: se há irregularidades no projeto que está sendo executado, o papel do vereador, o papel do parlamentar é fiscalizar, é cobrar para que medidas cabíveis sejam tomadas, e foi o que aconteceu. A Procuradoria-Geral do Município forneceu os esclarecimentos necessários sobre a obra e entregou a documentação solicitada. A comissão recebeu essas informações, não há motivo plausível para a suspensão da obra, medida que coloca em risco um dos maiores eventos do Estado e o maior evento alusivo à cultura gaúcha. E falo isso com toda segurança, toda tranquilidade, porque fui secretária de Estado da Cultura, no governo Yeda Crusius, e participei intensamente do Acampamento Farroupilha. E aqui poderia citar que as pessoas têm a oportunidade de usufruir daquele espaço, que é um relato dos costumes da nossa terra, da nossa gente, oficinas acontecem diariamente no acampamento, oficinas pedagógicas, grandes apresentações. Então, realmente, é incompreensível, não há motivo para que se suspenda o Acampamento Farroupilha, que reúne mais de um milhão de visitantes por edição. Como vereadora e, mais uma vez, como ex-secretária de Estado da Cultura e como cidadã orgulhosa das nossas raízes, eu quero aqui lamentar essa medida que é extremamente prejudicial ao Rio Grande do Sul, mais do que isso, é um desrespeito a todos que realizam a festividade desde 1987, e aos piqueteiros que se dedicam, ano após ano, por esse movimento, que se organizam para trazer atividades que integram a população e valorizam a nossa cultura. Eu acredito que no atual momento que nós estamos vivendo, com uma crise de valores, mais se faz necessário fomentar a nossa cultura. O tradicionalismo, é só vocês pesquisarem, a única área que reúne crianças, adolescentes, adultos e idosos num mesmo cenário, para trabalhar, para fazer oficinas, apresentações. Então, realmente é incentivar a valorização e a preservação do patrimônio histórico e artístico, em prol do conhecimento das tradições do folclore gaúcho.

A cultura gaúcha é extremamente rica, com valores importantes, que os nossos jovens e as nossas crianças precisam conhecer, precisam multiplicar, precisam compartilhar. Eu quero aqui endossar o meu apoio a todos os tradicionalistas que estão se movimentando pela manutenção do Acampamento Farroupilha. Contem com o meu total apoio!

Presidente, parabéns pela pelas imagens nítidas que eu estou observando nas nossas televisões. É muito bom a gente estar nesta tribuna, olhar para uma tela e ver que as imagens são nítidas, que expressam exatamente o que se fala. Parabéns, Presidente! Muito orgulho da sua gestão como Presidente da Câmara da capital do Rio Grande do Sul. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. Agradeço a deferência, de coração. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Sossmeier, antes de mais nada, quero agradecer aqui ao nosso vice-líder, Ver. Conselheiro Marcelo, por ter concedido o tempo de liderança do PSDB. Nós já conhecíamos a figura dos abraçadores de árvores na cidade de Porto Alegre, e agora o Ver. Oliboni inaugurou a árvore centenária de 40 anos. Dizer que estão derrubando árvore centenária no Parque da Harmonia é de uma ignorância, de uma falta de matemática ou de muita má-fé para tentar sensibilizar as pessoas. A área de aterro não existia até o início da década de 80. Aliás, o parque foi inaugurado sem árvores, as fotos da época mostram um parque que não tinha árvores, um parque para, de alguma forma, fazer uma reprodução de uma fazenda, de uma estância no pampa, talvez o Ver. Oliboni tenha faltado às aulas de matemática, mas de geografia não faltou e conhece o nosso sistema do pampa, que não tem árvores. Ao longo dos anos, foram-se plantando árvores, foram-se plantando, nenhuma nativa, todas exóticas. E agora nós temos uma oportunidade de ouro, sob gestão da iniciativa privada, de gerar emprego e renda na cidade de Porto

Alegre, de transformar o Parque da Harmonia num polo de desenvolvimento e turismo para que a gente consiga reter um pouco daquele turista que vai diretamente para a serra gaúcha, para que ele fique uma noite em Porto Alegre e que ele possa ter estabelecimentos, infraestrutura de padrão internacional para recebê-lo e contar a nossa história do povo gaúcho. História do povo gaúcho que é contada no Acampamento do Farroupilha, e, se o Acampamento Farroupilha não acontecer este ano, nós temos um culpado, e é o Marcelo Sgarbossa. Tem que ser dito: se o Acampamento Farroupilha não acontecer no ano de 2023, a culpa é de Marcelo Sgarbossa e da meia dúzia de caranguejos que o acompanham. Aliás, me surpreende muito ver o ex-prefeito José Fortunati, que acertadamente derrubou árvores na orla para poder fazer o início das obras do Trecho1 e o alargamento da Av. Pres. João Goulart, acertadamente, e o Sgarbossa era um que ia lá e batia no ex-prefeito Fortunati, e agora estão juntos comemorando uma decisão liminar. Uma decisão liminar inimiga da cidade de Porto Alegre, inimiga do empreendedorismo, inimiga do povo mais humilde da cidade, que precisa de emprego, que precisa de trabalho! Para cada árvore derrubada, cinco serão plantadas no lugar, mas aí eu quero saber: para cada emprego que deixar de ser criado, qual será a compensação de Marcelo Sgarbossa? Qual será a compensação de Marcelo Sgarbossa e dos caranguejos que te acompanham para compensar também a falta dos empregos na cidade de Porto Alegre? Árvore é vida, mas não é gente. Nós temos é que cuidar da nossa gente, dos espaços públicos. E tanto vocês são contrários à gente, às pessoas, que a mesma turma que iria impedir a ampliação do Hospital de Clínicas, impedir a ampliação de leito hospitalar para gente, para pessoas, porque meia dúzia de árvores seriam derrubadas. Eles preferem as árvores caindo, e ainda nos acusam de assassinos. Ver. Oliboni, assassinato é um crime previsto no Código Penal, não se assassinam árvores. Aliás, quando eu era secretário e aumentamos em quatro vezes as podas de árvores em Porto Alegre, vocês diziam que eu estava fazendo uma política assassina de podas na cidade. Política assassina de poda é não podar e deixar que ela caia em cima de uma pessoa. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Inicialmente, eu quero cumprimentar o meu partido PDT, que venceu, na terça-feira, ontem, no STF, por unanimidade, o julgamento que invalida o uso da legítima defesa da honra em feminicídios. Eu acho que essa foi uma vitória importante, porque o histórico da tese da legítima defesa da honra, que justificava assassinatos, entre outros crimes de feminicídio, era utilizado em casos de agressões para justificar o comportamento de acusados, em situações, por exemplo, de adultério ou na qual se sustentava que a suposta honra do agressor havia sido ferida. A ação que discutiu o tema foi apresentada pelo PDT em janeiro de 2021 e, hoje, então, passa a não poder ser mais arguida para inocentar aqueles que matam mulheres, enfim, sob argumentos injustificáveis. Eu sou pai de três filhas mulheres. Quero cumprimentar os nossos presidentes, Carlos Lupi, André Figueiredo, nosso ministro, por essa iniciativa.

Não pode ser o argumento, de quem comete esse tipo de crime, a legítima defesa da honra, porque não tem nenhum tipo de fundamento e nem previsão nos dias de hoje, em 2023, é inadmissível qualquer prática nesse sentido. Hoje em dia, se o relacionamento não está bom, se encerra o relacionamento e se constrói uma nova vida com outra pessoa, então, cumprimentos ao nosso partido.

Eu também não poderia me furtar aqui de dar a minha contribuição para o debate a respeito da interrupção das obras às vésperas da realização do Acampamento Farroupilha. Quero dizer que ontem estive ali, Ver. Cecchim, por ocasião da distribuição dos alvarás para os piqueteiros, aliás, todo o tradicionalismo está preocupado, porque, na semana que vem, já deve ser o início das obras de

construção dos piquetes. Eu entendo e respeito toda e qualquer opinião a respeito da preservação ambiental, das árvores, enfim, mas, então, que se cataloguem todas as árvores que ainda estão ali, não se permita mais cortar nenhuma árvore daqui para frente. O que já foi feito que se apure, se tiver alguma irregularidade, punam-se os responsáveis, complemente-se a doação de três, cinco mudas para cada árvore cortada, não sei, agora, simplesmente, interromper no meio da qualificação do espaço, às vésperas do Acampamento Farroupilha, não acho que seja uma decisão acertada. Com todo respeito, inclusive, pode ser visto ali no Google, que aquilo ali tudo era uma área que foi aterrada, então é uma situação recente. Eu acho que toda e qualquer preservação ambiental é importante, ela deve ser ponderada, mas simplesmente suspender a obra agora, no meio, digamos assim, de uma intervenção, às vésperas de um evento tão importante como o Acampamento Farroupilha, é quase que inadmissível. Como assim, por causa das árvores que já foram retiradas? Não tem mais o que se fazer com as árvores que já foram retiradas. Então, só um pouquinho, termina o que tiver que ser feito, suspende todo e qualquer corte de árvore ou poda de árvore daqui para frente e vamos garantir o evento. Como é que 50 mil pessoas vão circular ali, com aquele monte de cano exposto, morros de aterro de um lado para o outro, várias marcações de calçada? O parque está inacabado, vai inviabilizar o Acampamento, e o pior ainda, vai causar uma confusão, porque o pessoal, os piqueteiros, estavam falando ontem que vão acampar a cavalo do jeito que tiver. Então, já está causando uma confusão na cidade. Vamos trabalhar com tranquilidade, vamos confiar no nosso Judiciário. Realmente, eu acho que decisão judicial não se discute, cumpre-se, mas há que se fazer aqui uma interpretação de que a maneira como está sendo conduzida está equivocada: simplesmente suspender a obra no meio, deixar o parque ali virado num canteiro de obras, não tem como usar o parque, nem para frente, nem para trás. Não tem como reverter o que foi feito, tem é que se atuar daqui para frente, encontrar uma solução ali que possa... Se for apurado ali algum crime ambiental, que se responsabilize ali aqueles que, porventura, cortaram ou não árvores de maneira irregular, mas, daqui para

frente, tem que se estabelecer um cronograma, e as coisas têm que acontecer. A vida segue na cidade. Fica aqui nossa contribuição para o debate. Pela atenção, muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, vereadoras, fico bastante feliz de ocupar este espaço na Câmara de Vereadores, nesta tribuna, no início do segundo semestre legislativo, no ano em que a Câmara comemora seus 250 anos, fico feliz, honrado, faz com que eu redobre o meu compromisso de luta com aqueles que fizeram com que eu e o movimento coletivo chegássemos aqui nesta Casa. Nesse período de recesso, muitos acontecimentos marcaram a cidade e que poderiam ser a razão do nosso debate aqui, nesta Câmara, na tarde de hoje, mas eu entendo que um acontecimento da semana passada merece ser discutido na tarde de hoje; dizendo de outra forma, não poderíamos, ao nos reencontrar, não discutir o lançamento do edital de privatização da Carris. O tema do transporte público é um tema que tomou a agenda desta Casa, ao longo dos mais de dois anos dessa legislatura, é um dos grandes problemas que esta cidade vive no seu dia a dia. O problema do transporte público faz com que, muitas vezes, um trabalhador, ao sair de casa, ou um estudante, ao sair de casa para ir estudar, encontre ônibus que, no trajeto, pegam fogo, que têm as suas rodas saltando fora do veículo – essas são as cenas que marcam o transporte público da nossa cidade. E a proposta, o pacote apresentado por Melo, desde o início do governo, para solucionar a crise tem demonstrado dia após dia que não tem sido eficaz; não tem sido eficaz, inclusive, na sua promessa de redução do valor da tarifa. E, dentro desse pacote, talvez um dos ataques mais brutais seja a privatização da Carris, porque significa entregar um patrimônio centenário – aí, sim, Ver. Oliboni – entregue. Essa é a intenção do governo. Nós temos aqui em Porto Alegre a

empresa de transporte público mais antiga em atuação, mas me entristece, Sgarbossa, que isso que é um patrimônio da cidade, desde o primeiro dia do início do governo, tem sido tratado como se fosse um problema. A Carris é condenada por Melo desde a campanha, é condenada por Melo ao longo deste governo, mas a prova de que ela é um privilégio da nossa cidade, uma oportunidade da nossa cidade é que foi ela que assumiu as linhas abandonadas pela iniciativa privada ao longo da pandemia. Ela é um privilégio quando todo cidadão ou cidadã desta cidade sabe bem que o transporte oferecido pela Carris é de uma qualidade superior ao transporte oferecido pela iniciativa privada. Então todos e todas sabem que eu e a Abigail – a oposição – temos uma rejeição completa ao avanço desse processo de privatização. Eu subo a esta tribuna para, mais uma vez, afirmar isso; mas porque, se não bastassem os elementos que eu trago aqui ao debate, nos preocupa muito o edital lançado em inúmeros sentidos, em inúmeros sentidos. Em 2021, o governo contratou um laudo para mensurar o valor da Carris. O primeiro laudo chegou ao valor de R\$ 185 milhões como o valor da Companhia, e toda a documentação posterior tem um sentido só: reduzir o valor da empresa. O edital divulgado na semana passada chega ao valor de R\$ 109 milhões. Uso esta tribuna porque eu quero compreender do governo, de fato, qual é o procedimento adotado para a definição do valor da empresa? Nós não podemos vender a Carris a preço de banana. Eu quero entender, como dissemos ontem na CEFOR, por que o governo prevê, no edital, uma eventual retomada dos terrenos, que é o principal patrimônio da empresa, e eu brincava na reunião que é um *cash back* do Melo. Vai vender a Carris por R\$ 109 milhões e ainda, ali na frente, com a possibilidade de devolver para a empresa que contratar R\$ 69 milhões. Eu quero compreender – e esse é o sentido da minha manifestação – por que o governo desconta no valor da empresa o passivo que assumirá, sendo que ele assumirá o passivo da empresa. Eu quero entender por que as manifestações do governo nos últimos dias dizem que a privatização da Carris não vai reduzir o valor da passagem, se essa era a promessa apresentada neste plenário em 2020, quando o conjunto do pacote foi apresentado, e dentro desse pacote estava lá a desestatização da empresa. Eu

quero entender por que não consta no debate do governo o possível passivo ambiental que essa empresa tem pela contaminação do solo no seu antigo posto de combustível. Existem muitas razões para que esta Câmara de Vereadores esteja atenta ao tema da privatização da Carris, porque ela é estratégica para garantir a qualidade no transporte público da nossa cidade, mas o edital lançado na semana passada redobra a responsabilidade que nós temos, porque nós temos muitas perguntas ainda sem respostas que merecem ser explicadas pelo Executivo municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público da assistência nas galerias e também pelas plataformas digitais aqui da Câmara, subimos a esta tribuna no recomeço dos trabalhos, em nome do partido NOVO, para lamentar o que está acontecendo com o desenvolvimento e a prosperidade da capital, no que toca ao Parque da Harmonia.

Eu vou falar sobre algumas *fake news* que estão sendo espalhadas na cidade, líder Cecchim, e na imprensa, sobre o Parque da Harmonia, mas eu não posso deixar de observar que o despacho da juíza é um despacho chinfrim. O despacho da juíza, que trava um grande investimento, não só econômico, como cultural, como anímico da cidade, é um despacho que parece ter sido feito em papel de pão, aliás, feito às 23h30min de um domingo, dia em que houve uma grande manifestação política na cidade de Porto Alegre em prol do parque. A juíza disse: olha, a olhos nus a gente vê que o parque está devastado... O que é isso, gente? A juíza pega, Ver.^a Fernanda Barth, uma foto, um *print*: “Ah, mas está muito feio isso aqui, vou despachar contrário...” Gente, o que que virou o Judiciário?! Inclusive notícia de *blogs* de esquerda – tudo bem, estão no papel deles. Mas para ser levado em conta num despacho... No que virou o Judiciário brasileiro?

O que é que virou a magistratura do Estado do Rio Grande do Sul? Um absurdo de uma juíza despachar olhando foto! Que ela fosse lá, então, e botasse o pé na lama, se fosse o caso!

Isso posto, são cinco *fake news* que estão espalhando pela cidade. Vou falar algumas delas, se der tempo falarei todas. Fala-se que há um crime ambiental, devido ao corte de árvores – é *fake news*, o contrato aprovado permite 432 árvores e a compensação de 1.906. Não são árvores centenárias, não são árvores sexagenárias, são árvores replantadas, Ver. José Freitas, quando da criação do parque. Árvore é importante? É claro que é. Mas, de 432 que poderiam ser derrubadas, o contrato prevê o replante de 1.906 outras árvores! Portanto, é *fake news* que se espalha nesta Casa, especialmente porque foram derrubadas apenas 103, Ver. Cassiá Carpes, num total de 432 aprovadas. Não há irregularidades no processo como querem fazer crer os caranguejos desta capital, o Ministério Público visitou o local e aferiu que não há problemas. Agora, um conselheiro, figurinha carimbada do Estado Rio Grande do Sul, demanda uma auditoria às pressas, claro, casando com eventos políticos da capital. O Ministério Público que solicitou, foi a mesma promotora que afirmou não haver irregularidade; o Ministério Público está fazendo o trabalho que é fiscalizar, mas não quer dizer que tem problemas. Fala-se que o projeto não é original, mas, repito, o Ministério Público esteve *in loco*, ao contrário da juíza que, aos 30 minutos para meia-noite, despachou do seu ar condicionado um despacho estapafúrdio, baseado num *print*. O Ministério Público esteve lá, *in loco*, investigando o processo.

Pois bem, para finalizar, Sr. Presidente, investimentos, empregos, geração de renda, impostos – eu sou liberal nem deveria estar falando isso –, enfim, os impostos fazem a máquina girar riqueza, renda, impostos, geração de empregos, geração de cultura, tudo isso está à mercê dos ecochatos que não sabem ler um contrato e saber que o que está previsto ali melhora o processo ecológico daquele local. Então, eu venho aqui, em nome do partido NOVO, repudiar os caranguejos, repudiar um despacho de uma magistrada, um despacho, esse sim, estapafúrdio baseado em um *print*. Viva Porto Alegre, viva o desenvolvimento e

que as obras do Harmonia sejam retomadas tão logo seja possível. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): A minha leitura sobre este tema da questão do Parque da Harmonia da reivindicação em defesa da natureza é de que essa preocupação nunca foi pela natureza, porque nós vemos uma preocupação seletiva. Esse mesmo pessoal que dá as mãos, abraçando o Guaíba contra o desenvolvimento da região, naquele conhecido como praia do Guaíba, que acabou culminando, no futuro, com o trecho 1 da orla do Gasômetro e o trecho 3 da orla do gasômetro, hoje é frequentado por esses políticos de esquerda que vão lá pedir voto e fumar maconha na orla do Guaíba. Então, na verdade, não existe preocupação ambiental, porque se fosse de fato uma preocupação ambiental, eles não iriam lá após, porque seria como se fosse uma heresia fazer a ocupação daquele espaço que foi bancado pelo capitalismo malvado e pelas grandes incorporadoras. No domingo da semana passada, eu estive ali no Pontal do Estaleiro, onde esse pessoal fez de tudo para impedir que acontecesse e tinha lá um petista autodeclarado, tomando chimarrão com a sua esposa. Se houvesse o mínimo de coerência nesse pessoal, eles não frequentariam o espaço em protesto, mas eles não são a favor do ambientalismo, eles são, na verdade, a favor de uma narrativa política de pequenos gatilhos mentais que provocam nas pessoas uma indignação para que, no futuro, eles possam pegar essa população com baixa informação e fingir para elas que eles estão preocupados com o meio ambiente, estão preocupados com a cidade, mas nunca propõe soluções definitivas e efetivas para a cidade. Assim como foi falado aqui, lembro daquela baixaria que foi dos caras se acorrentando na árvore junto à Usina do Gasômetro e, no entanto, hoje usufruem da mobilidade em direção ao Centro de Porto Alegre em função de um projeto que foi executado

de maneira adequada para dimensionar o trânsito na região. Ninguém aqui é contra a natureza, ninguém aqui é contra a preservação ambiental, só que existem as leis e os licenciamentos ambientais justamente para que exista uma compensação adequada para aquilo que tem que ser alterado. Só falta vocês me dizerem que o aterro da Harmonia é uma ocupação indígena ancestral, porque é só o que falta para falar que não pode intervir ali. Se vocês não lembram, eu quero trazer aqui o esclarecimento para vocês, há aproximadamente 40, 50 anos foi feito o aterramento da Edvaldo Pereira Paiva, do trecho 1, do trecho 2, do trecho 3 do Gasômetro, de modo a servir como um sistema de proteção contra as cheias na cidade de Porto Alegre. Aquilo ali foi tudo um território criado a partir de uma intervenção humana. Então não faz o mínimo sentido vocês falarem em árvores centenárias, e é só o que falta falar que é ocupação indígena ancestral, só o que falta tentar embargar obra com notícias dos mesmos que entraram na justiça, como referência para embargar obra, é claro que a intenção não é preservar o meio ambiente. A intenção é prejudicar a cidade, acabar com o Acampamento Farroupilha, com o intuito de manchar a imagem do governo que está desenvolvendo a cidade. Se não fosse o prefeito da época bancar a obra, porque agora parece que até ele está contra a obra, porque virou chefe de gabinete de alguém aí que é contra a obra, se não fosse o prefeito da época bancar o trecho 1 da orla do Gasômetro; o outro prefeito, bancar o trecho 3, e a cidade permitir a implementação do Pontal do Estaleiro, nós estaríamos ainda ali abraçando o mato, abraçando os insetos, sem ter acesso ao pôr do sol do Guaíba que se tornou referência para toda a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Deixa-me ver se tem mais alguma coisa para colocar aqui; acho que é isso. Agradeço a todos pela atenção, até a próxima oportunidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que acabou de ouvir inverdades que eles dizem: “*Fake news, fake news* que a esquerda espalha...”. Eles espalham *fake news* na cidade porque nem de ecossistema eles entendem; eles acham que estamos preocupados apenas com as árvores. É um bando literalmente de guri de apartamento. O Ramiro é o que veio aqui defender o pessoal do tradicionalismo, mas se pegar no bolso do Ramiro deve ter um Trident, um Freegells, um chicletezinho e, se bobear, a gente o encontra por aí tomando Coca-Cola e defendendo o tradicionalismo. Pelo amor de Deus, Ramiro, para de passar vergonha, que eu nunca te vi dentro de um CTG. Tu não sabes fazer um mate, cara, tu não sabes. Eu sei fazer, porque eu vim do interior, eu conheço, eu era de CTG, agora esses guris de apartamento vêm aqui dizer que entendem de telurismo; não entendem nada das raízes do Rio Grande do Sul, das etnias; eles nem falaram das etnias. Se eu perguntar para eles, eles não sabem a diferença da dança do pezinho para o tatu de castanholas, muito menos do tatu; não tem condição. Eu pergunto para eles: qual é a diferença de dançar a tirana do lenço e o anu? Eles nem sabem o que é isso, eles vão perguntar qual restaurante serve, porque eles não entendem de gauchismo, de tradicionalismo, eles estão aqui tentando trazer uma pauta para ganhar alguém para esse debate fajuto deles. Eles não sabem onde tem piquetes, onde tem CTGs, DTGs, não sabem nem a diferença dessas siglas, porque eles são ignorantes no tema do tradicionalismo, e querem usar as pessoas que defendem a tradição para a sua pauta ideológica, que é o quê? É ganhar dinheiro com o parque! Eles nem sabem que em 1999 o PT criou o processo para ter no Parque da Harmonia o tradicionalismo como raiz, reconhecido legalmente, para ter a fazendinha... A fazendinha foi destruída, estava lá no parque – isso eles não defendem –, a fazendinha foi destruída. Cecchim, tu vieste aqui falar, mas tu és um que adora cavar um buraco para extrair pedras preciosas, extrair basalto, tu não defendes a natureza, tu és empresário que explora os recursos naturais, aí vens aqui dizer: “Vamos defender o pessoal do tradicionalismo”. Não defende, defende os interesses mesquinhos do governo Melo. Eu quero que vocês respondam isso que está aqui

no PowerPoint, que é o problema do lixo na cidade; vocês querem é cortina de fumaça para não recolher o lixo da população, governo relaxado! As ruas estão atulhadas de lixo, emporcalhadas, isso que vocês querem esconder, cortina de fumaça! O transporte que não tem mais a qualidade que tinha antes da pandemia, perdemos linhas de ônibus, estamos perdendo os cobradores, vocês querem vender a preço de banana a Carris, vocês querem ludibriar a população com falsa polêmica de que não vai ter o Acampamento Farroupilha. Eu sou um dos mais favoráveis ao acampamento, porque ele faz parte da história de Porto Alegre – imagina que eu, professor, vou ser contra à construção do bem comum –, mas aí eles vão lá e iludem alguns trabalhadores, alguns dos CTGs... Agora eles nem aparecem aqui, o Ramiro até sumiu de vergonha, porque o desmascarei, porque ele não gosta de tomar chimarrão, ele gosta de mascar Trident! Isso que ele gosta, chicle, que não é uma invenção do gauchismo, o chicle não é! Pergunta se ele vai mascar um pedacinho de charque, nunca vocês vão ver, ele nem sabe o que é. Mas eu quero que vocês expliquem isso aqui ó, esse aqui, essa aí é a obra deles lá, para entrar carro no Harmonia. (Projeção de imagem.) É que agora eles estão produzindo um gauchismo moderno, não é com cavalo, é com picape, com Chevrolet, com não sei o que mais. Aí agora vai virar estacionamento, uma parte que era do parque virando estacionamento, onde eram montados os piquetes, as barracas do Acampamento Farroupilha. Agora é só se tiver cinquentão na mão para estacionar o carro lá, e eles vão cobrar R\$ 1.200,00 de cada piquete, isso é um escândalo! Eles querem ganhar dinheiro em cima do parque que era público. Só vai poder botar piquete lá quem pagar, quem não pagar não vai. Isso eles não falam! Subiram uma sequência de vereadoras e vereadores defendendo o pessoal dos CTGs. Eu nunca vi eles nas festas tradicionais. O Enart, pergunta para eles se eles sabem o que é o Enart! Eles não sabem, o maior encontro das artes folclóricas da América Latina. Pergunta para eles se eles já foram a Santa Cruz do Sul, que é onde acontece o Enart, tradicionalmente, em novembro. Eu fui várias vezes, eu conheço e falo com propriedade. O resto é a turma do Melo, que não sabe o que diz, mas, infelizmente, tem aqui o microfone para falar, ficar falando, falando, mas eu

desmascaro vocês, porque vocês não têm foto dentro de CTG, não tem foto no acampamento. Eu desafio o Ramiro a vir e fazer um chimarrão aqui no púlpito, quero ver, quero ver se tu sabes fazer.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu queria esclarecer para o Ver. Jonas que aquilo que ele mostrou ali é estacionamento, e os estacionamentos do parque sempre foram reclamados pelo alto custo. Pelo menos, agora, se sabe quanto se vai pagar.

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido): Presidente Hamilton, eu infelizmente, não usarei a tribuna por estar, neste momento, sem partido, mas eu registro que um dos fundamentos da ação popular é justamente a defesa do patrimônio cultural, e o patrimônio cultural de Porto Alegre, obviamente, engloba o Acampamento Farroupilha. Essa falsa polêmica que tenta se criar, na verdade, não condiz com nada do que está na ação popular. Obrigado.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, em cima das palavras do Sgarbossa, chama-me a atenção que ele chega junto no parque com a pessoa que vai entregar para mandar parar as obras. É muito engraçado, não é? O que ele estava fazendo lá junto com o oficial de justiça?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Muito obrigado, Sr. Presidente, seja bem-vindo ao nosso novo semestre, o outro encerrou há quase duas semanas, mas tivemos uma sessão extraordinária na sexta-feira, onde eu estava *online*, e ouvi alguns adjetivos sobre a minha pessoa, me chamando de canalha, cafajeste, demagogo, safado, enganador, dizendo que eu sou isso porque contestei e continuo contestando o que foi feito aqui no apagar das luzes, na Câmara de

Vereadores de Porto Alegre, na última sessão, na quarta-feira, onde aqui, nesta tribuna, neste microfone, eu falei que a cereja do bolo está aqui (mostra documento), a Emenda nº 06, em que os vereadores se autoderam aumento. Autoderam-se, porque, até agora, eu não ouvi ninguém aqui dizer que não é candidato na próxima eleição, então, autoderam-se aumento. O Ver. João Bosco não é candidato, não estava presente na sessão, não votou, mas ninguém diz que não é. Não sou demagogo, não sou canalha, não sou crápula, não sou porcaria nenhuma! Eu estou convicto do que eu faço! Não querer esse aumento, tirou-me da liderança do governo. Não querer esse aumento, proporciona-me a fazer o que eu já estou preparado a fazer desde que aqui cheguei: doar esse dinheiro, e eu o fiz na frente do Certa, R\$ 6.480,00, que será esse aumento. E qual trabalhador da nossa cidade ganhou esse aumento? São R\$ 6.480,00, quem ganhou esse aumento? Qual trabalhador? Qual gerente de loja? Qual indústria paga isso para o seu responsável? Aí dizem que vão me botar em comissão de ética, como que quem vai me julgar é quem foi beneficiado pelo aumento? Está lá doado para o Centro de Referência do Transtorno Autista - Certa, se aqui eu estiver na próxima eleição. Está lá doado. Aí ficam espalhando, espalham *fake news*: se o Bobadra for cassado, eu vou perder o meu mandato. Vão aprender a fazer conta vocês! O meu partido fez o coeficiente eleitoral. Daqui eu só saio se o povo me tirar! Só saio se quem ganha mais de R\$ 6.480,00 por mês não me quiser aqui. Agora, quem eu represento não ganha isso; quem eu represento ganha muito menos do que isso. As pessoas que me trouxeram até esta Casa não ganham isso. Com R\$ 6.480,00 daria para pagar transporte escolar para crianças com deficiência, que a Prefeitura não está tendo; poderia ser um bom dinheiro para isso. Com R\$ 6.480,00 poderia pagar algumas vagas no Centro de Referência do Transtorno Autista, poderia pagar alguns exames de câncer de mama, poderia contratar mais médicos, poderia contratar mais pessoas para estarem nas escolas públicas do Município de Porto Alegre, poderíamos contratar centenas de vagas de creche. Eu votei contra, nesta legislatura toda, votei contra toda vez que esse projeto de aumentar salário de vereador chegou aqui na Câmara, desde a legislatura passada. E aí até

deturparam o que eu falei, dizendo que eu achava o salário do vereador uma vergonha. E é uma vergonha mesmo, quando a maioria da população ganha, no máximo, conforme o IBGE, R\$ 3.500,00. Nós, numa tacada só, demos um aumento de 30% nos salários dos vereadores. Se isso não é demagogia, me desculpem; se isso não é cafajestice, me desculpem; se isso não é canalhice, me desculpem; se isso não é safadeza, me desculpem; se isso não é enganar as pessoas, me desculpem, mas eu nunca enganei ninguém. Nunca cheguei e disse para alguém - e isso aqui eu aprendi com uma das pessoas mais leais que eu conheci nesta Casa, que me derrotou várias vezes aqui neste plenário, e sempre me disse que iria derrotar, aprendi com João Antonio Dib, que nunca disse que iria estar comigo. Eu nunca disse que ia votar a favor de aumento nenhum! Eu nunca disse! Nunca! E quando líder do governo, seja do Marchezan, ou seja do Melo, eu não aceitei as manobras para que isso fosse aprovado. Por isso, não sou mais líder do governo. Por isso, estou livre, nem na base do governo estou mais – no grupo da base –, fui deletado do grupo da base, a pedido, porque pessoas, desde que aqui chegaram, queriam o aumento do seu salário. Eu abri mão do aumento do meu salário, desse aumento que foi feito semana passada, lá na frente do Certa. E antes que falem qualquer coisa, está registrado no cartório, fui lá e fiz uma ata no cartório, no tabelionato, dizendo que se aqui estiver no ano que vem, eu não vou usufruir desses R\$ 6.480,00 que foram dados de aumento para os vereadores. E eu já afirmo: não vou usufruir porque eu sou candidato! Eu votei contra esse aumento porque eu não acho justo. Então, os vereadores que acham que eu estou mentindo, os vereadores que acham que eu estou sacaneando, que eu estou fazendo qualquer coisa contra eles, que querem me botar na Comissão de Ética, o façam, mas antes digam que não são candidatos, porque até que provem o contrário, só o Ver. João Bosco não é candidato, todos serão candidatos e todos lutarão para se beneficiar para ganhar R\$ 6.480,00 a mais no seu salário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Sr. Presidente, eu quero fazer uma retificação, ou até um registro sobre a fala do Ver. Janta. Não fui eu que expressei palavras ofensivas, mas o *card* que o Ver. Janta distribuiu contra os vereadores é de que nós tínhamos aprovado aumento para nós, o que não é verdadeiro. O aumento é para a próxima legislatura, que eu desejo, se eu estiver aqui, assinar e receber esse aumento; agora aqueles que votaram contra e forem reeleitos, eu desejo que assinem esse documento realmente para não receber esse aumento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, nesta tarde em que reiniciamos o nosso semestre legislativo, vejo aqui cem por cento dos colegas parlamentares. Quero falar um pouco sobre um assunto muito importante, que é dignidade, andar na rua de cabeça erguida, ter história. Ninguém que está aqui dentro hoje cumprindo o mandato está aqui de graça; está aqui porque foi eleito pelo povo, porque fez 5 mil votos, 10 mil votos, está aqui porque foi eleito, e nós temos que respeitar o voto popular – respeitar o voto popular! Eu tenho orgulho, muito orgulho da minha história. Hoje, graças a Deus, consegui organizar minha vida. Sou servidor público, Comandante Nádia, há quase 30 anos; 17 anos na Polícia Penal. Comecei a trabalhar com 12 anos de idade vendendo docinho no Centro de Porto Alegre; com 14 anos fui auxiliar de serviços gerais, fui *office boy*, fui auxiliar financeiro, fui estagiário da Secretaria da Fazenda, fui praça do Exército por cinco anos, policial militar por três anos, policial penal há 17 anos, sou bacharel em Direito, aprovado no exame da Ordem, passei pela Escola da Magistratura, pela Escola de Defensoria Pública, tenho várias pós-graduações, sou professor de vários cursos preparatórios para concursos, e tenho orgulho do meu currículo e da minha história. Tenho maior carinho pelos atuais secretários do governo municipal, mas o meu currículo é melhor do que o de qualquer

secretário, mas eu exerço um mandato aqui como vereador com muito orgulho, com os meus quase 5 mil votos que fiz na última eleição. Em 2018, eu era um desconhecido, fiquei de segundo suplente da Câmara Federal, fiz quase 20 mil votos. Na última eleição, com recursos próprios, fiz 10 mil votos para deputado estadual. Acho importante a gente andar na rua, ter uma história, de cabeça erguida, ter profissão. No dia em que eu encerrar o meu mandato, vou retornar para Polícia Penal. Eu tenho uma aposentadoria diferenciada. Eu vou advogar. A gente tem que ter dignidade, andar de cabeça erguida. Infelizmente alguns parlamentares não têm profissão. A sua profissão é parlamentar. Se saírem daqui vão ter que se encostar num partido, em alguma boquinha. Eu, graças a Deus, não. Eu ando sempre de cabeça erguida.

Eu sou morador do Centro Histórico e pude acompanhar toda essa evolução do nosso Parque da Harmonia. Quando criança, minha família ia ali para fazer churrasco, botava uma rede, jogar futebol, acompanhávamos. Só que a infraestrutura sempre foi difícil ali. A gente ia às três da manhã, eu e meu tio, que tem 70 anos, para pegar lugar para fazer churrasco. Depois iam para lá a minha mãe, minhas tias, minhas primas, a gente aproveitava o espaço. Mas aquilo sempre alagava, sempre era frio, era complicado, moradores de rua iam ali, era perigoso. E hoje nós temos uma grande oportunidade de deixar aquele espaço melhor, com valor agregado, através da parceria com a iniciativa privada. Eu tenho 40 anos, posso dizer que metade da minha vida eu andei pela Semana Farroupilha no Parque da Harmonia. Ali passam quase 500 mil pessoas durante o mês de setembro. É muita gente! Tem que ter acesso a banheiro, a estacionamento, a fazer um lanche. Tem que ter condições dignas. Ali, geralmente, é pé no barro, as pessoas têm dificuldade para ir ao banheiro, não tem onde estacionar, são achacados por flanelinhas. E é por isso que a Prefeitura de Porto Alegre, de forma corajosa, fez uma parceria com a iniciativa privada. Eu sou servidor público, defendo o serviço público, mas, felizmente, em algumas áreas têm que ser feita parceria com a iniciativa privada, e esse é o caso do nosso Parque da Harmonia. Então espero que esse conflito de interesses seja resolvido o mais rápido possível. A esquerda ultraradical obteve

uma liminar *inaudita altera pars*; o que é isso? Não foi ouvida a parte contrária. Tenho certeza que com a explicação do secretário Germano, com a documentação com fortes elementos, o nosso parque vai ser liberado o mais rápido possível, respeitando os princípios que norteiam a administração pública, e nós teremos, mais uma vez, uma Semana Farroupilha, dessa vez, com infraestrutura e com um ambiente bem agradável para que possamos levar as nossas famílias e amigos. Um beijo no coração de todos vocês, a cidade tem pressa e Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, como falei da tribuna, quero lhe fazer a entrega de um documento que eu fiz no 3º Cartório, onde eu dou ao Certa R\$ 6.480,00.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Claudio Janta.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, eu quero fazer um registro, acho que é minha obrigação: eu conheço o Ver. Claudio Janta há muitos anos, muito antes dos mandatos, sei da integridade, sei do caráter, sei da pessoa que é. Eu queria dar esse depoimento, que qualquer ofensa com relação ao Ver. Claudio Janta é indevida e é injusta. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas e Claudio Janta.

(16h03min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº

059/20. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação solicitação constante no Ofício nº 2301/23, de autoria do Sr. Sebastião Melo, Prefeito Municipal de Porto Alegre, solicitando a retirada de tramitação do PLCE nº 006/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLCE nº 003/23.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 026/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 026/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLL nº 227/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01 e 02 ao PLL nº 227/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLL nº 312/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 312/21 à apreciação

das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLCL nº 015/21.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, ao PLL nº 013/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 013/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o [Requerimento nº 115/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o [Requerimento nº 154/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o [Requerimento nº 141/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Em discussão o [PLL nº 076/22](#). (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Senhora Presidente Lourdes, senhores vereadores, assistência presente e pelas plataformas digitais, sinto-me na obrigação de vir aqui discutir a matéria, porque votarei contra esse projeto, mas não pelo mérito, Ver.^a Karen. Evidentemente que a Lei Maria da Penha foi um avanço, desde 2006, para a preservação das mulheres da violência – inclusive antes a Ver.^a Biga colocou bótons, enfim, o lacinho representando o combate à violência. Eu subo a esta tribuna para divergir na forma com que este

assunto está sendo proposto, porque ele tem um vício de origem, aliás, que foi apontado pela Procuradoria da Câmara, foi apontado pela Ver.^a Comandante Nádia, que foi a relatora desse projeto, que teve o seu parecer pela rejeição na Comissão. Ver. Hamilton, a minha divergência de V. Exa., repito, não é no mérito; V. Exa., nosso Presidente, tem um trabalho notável nesta Casa e, com certeza, me somo aos esforços não só de V. Exa. como também de outros, e por isso citei a Ver.^a Biga, que esteve passando pelo plenário, materializando essa campanha de combate à violência, mas não é papel do parlamentar escolher o que será ensinado ou não. A Assembleia Legislativa recentemente aprovou um projeto sobre a educação financeira que até hoje não foi posto em prática, porque é difícil você, como se diz, colocar em prática algo que tenha esse vício de origem, mesmo que aprovado no plenário.

Essas decisões são de gestão, elas são do Poder Executivo, por meio do prefeito, secretarias ou em nível federal, pelo MEC. Por isso, reverendo Hamilton, repetindo que estou com V. Exa. no mérito, votarei contra por causa da forma. Caso não passe ou caso a Justiça dê algum óbice, volte com esse projeto diretamente ao prefeito ou ao novo secretário de educação como uma medida propositiva, porque eu tenho certeza que a Casa inteira, em unanimidade, irá apoiar essa iniciativa, mas eu, inclusive como membro, da CCJ desta Casa, me prendo a esta filigrana apenas no sentido de colaborar com o debate público. Repito, no mérito, estou 101% fechado com V. Exa., é apenas no trâmite, que é de prerrogativa exclusiva do Poder Executivo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para discutir o PLL nº 076/22.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos; Sra. Presidente, Ver.^a Lourdes Sprenger, que preside esta sessão neste momento; colegas vereadores e também aqueles que nos assistem pela TVCâmara e os

que estão nas galerias conosco. Este projeto tem uma importância fundamental até por uma questão de quem convive, principalmente, com famílias em que existe a violência doméstica. A violência doméstica abrange, envolve famílias, filhos, que muitas vezes estão dentro de um lar onde a violência existe, o que traz transtorno não somente da saúde mental, mas transtornos que vão ocorrendo ao longo da vida de uma criança, de um adolescente que, muitas vezes, não tem a ideia do grau de prejudicialidade que isso gera na vida.

Levando para as escolas, fazendo as escolas falarem sobre o tema, trazerem o assunto à tona, faz com que muitas dessas crianças... Eu, na minha lida eclesiástica, atendi muitos nesse caso, e na minha lida vi que muitas vezes as crianças entendem que aquela violência que está acontecendo dentro de casa é normal, que ela faz parte daquela conjuntura familiar.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas, Ver. Hamilton Sossmeier, e agradeço à Ver.^a Lourdes Sprenger que preside a sessão, para dizer que o projeto de V. Exa., no meu ponto de vista, e respeitando outras posições evidentemente, tem mérito, deve ser aprovado. Estou falando aqui até para não gastar o tempo dos colegas na tribuna, vou votar a favor e acho que é imprescindível que as pessoas conheçam desde cedo, desde a tenra idade, como é o caso da proposta de V. Exa., a legislação mais importante em relação à cidadania ou as legislações, e esta, com certeza, tem uma preponderância nesta nossa visão. Parabéns à V. Exa. pela proposta e conte conosco.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Hamilton Sossmeier, o projeto que V. Exa. apresenta vem na hora certa. Nós temos que conscientizar todos sobre a importância, desde pequeno, médio, grande e velho, de saber como respeitar, como educar os pequenos. V. Exa. faz isso com muita propriedade e, provavelmente, esse projeto deve ser aprovado por unanimidade.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Cecchim. Como eu falei, é uma questão de importância para que as crianças saibam que aquele ambiente de violência doméstica em que ela vive não é normal, é algo anormal, e elas só vão saber disso se elas forem orientadas. E o campo de orientação é justamente nas escolas. A Ver.^a Comandante Nádia falava antes de tirar a obrigatoriedade para que não deixasse engessado, ela está inclusive fazendo a emenda, e eu entendo que pode ser dessa forma, da minha parte não há problema com relação a isso. O importante é que haja uma conscientização que as escolas devem trazer esse tema, sim.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte, é um projeto importantíssimo e estando mitigada esta filigrana com a emenda da Ver.^a Comandante Nádia, estamos juntos, votaremos com V. Exa. e reiterando o que falei: o mérito é maravilhoso e, corroborando os amigos, parabenizando e, agora sim, com essa pequena filigrana dirimida, estaremos junto na votação, creio que vai ser unânime.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Tiago. Reitero aqui a importância desse projeto ser aprovado para que assuntos como esse sejam tratados nas escolas, para que justamente as crianças não venham carregar, ao longo de toda sua vida, os transtornos que nós sabemos que causam na vida das pessoas e, muitas vezes, não têm psicólogo, psiquiatra, não tem como curar isso, esses traumas que são causados na vida dessas pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 076/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Ver.^a Lourdes, que está presidindo a Casa neste momento, colegas vereadores e vereadoras, que bom estarmos

novamente no plenário votando coisas importantes, porque Porto Alegre tem pressa, as pessoas precisam dos vereadores aqui desta Casa conversando sobre o dia a dia. Inclusive vimos há pouco a questão do Parque da Harmonia, manifestações de várias lideranças que me antecederam aqui falando que o Acampamento Farroupilha é uma tradição enorme, que tem mulheres, que tem homens, e que efetivamente fazem a diferença aqui para Porto Alegre.

Mas falando especificamente deste projeto, muito meritório, do Ver. Hamilton Sossmeier, que fala exatamente sobre a Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha, a lei que, dia 7 de agosto, na próxima segunda-feira, completará mais um ano da sua existência, nós sabemos que essa lei é uma das melhores que existe no Brasil, uma lei didática, uma lei muito pedagógica que ensina quais são os tipos de violência, e não deixa dúvida nenhuma àquele que recebe a lei. Ela faz toda a descrição da violência física, da violência patrimonial, da violência sexual, da violência moral, da violência psicológica que acontece infelizmente em alguns lares aqui de Porto Alegre. Essa é uma bandeira que todos nós, homens e mulheres de bem, levantamos, é uma bandeira que desde a Brigada Militar, quando criei a Patrulha Maria da Penha, trouxe como uma pauta fundamental, e tenho um orgulho enorme de dizer que a Patrulha Maria da Penha – da Brigada Militar, e não de governos, mas sim dessa instituição com 185 anos – continua fazendo o seu trabalho, indo na casa de mulheres que são vítimas de violência, protegendo essas mulheres, mas, mais do que isso, protegendo famílias.

É muito meritório, Ver. Hamilton, colocar, nas escolas de ensino fundamental aqui do município de Porto Alegre essa lei, para que as nossas crianças e adolescentes, professores e todo o corpo docente possam, Presidente, estar imbuídos do que significa isso. Conversei com o colega Ver. Hamilton, expliquei que o óbice que eu dei, enquanto CCJ, dizia exatamente sobre a mudança da grade curricular que não pode ser feita por parte de todos nós, nenhum vereador pode mudar essa base curricular e tampouco obrigar, mas agora conversei com o Ver. Hamilton, e ele, sensível e querendo que esse projeto seja aprovado, autorizou que eu colocasse a emenda dizendo que é um indicativo, é uma sugestão às escolas, não muda em nada o texto, apenas o parágrafo inicial,

tirando a obrigatoriedade da grade curricular e fazendo com que as escolas municipais conversem sobre a Lei nº 11.340, que se possa nas escolas fomentar ações de paz, de amor, de igualdade e de justiça para homens e mulheres, independentemente. Quero solicitar aqui, vereadores, que votemos “sim” na Emenda nº 01, tirando a obrigatoriedade da colocação na grade curricular dessa importante lei, e que nós todos possamos aprovar esse projeto. Eu já te parabeno, Ver. Hamilton, pela tua sensibilidade, enquanto homem, por estar falando de violência doméstica. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 076/22.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, também quero saudar, pelo mérito, essa construção que foi feita, reflete uma discussão importante que vem sendo feita por mulheres, por mulheres do movimento feminista há décadas no nosso País e, mesmo assim, o Brasil enfrenta uma escalada de violência contra as mulheres justamente como uma resposta à desarticulação das políticas públicas que nós presenciamos no nosso País nos últimos quatro anos. É importante salientar que hoje em Porto Alegre, por exemplo, que é uma capital majoritariamente feminina, nós temos diversas campanhas de conscientização em relação à violência contra a mulher e, ao mesmo tempo, uma rede de acolhimento completamente desarticulada: apenas uma casa institucionalizada para o acolhimento dessas mulheres. Não é à toa que o nosso mandato protocolou um projeto de lei que garante um salário mínimo para aquelas mulheres que são vítimas de violência e que hoje não têm a quem recorrer, porque o estado vem sendo desmontado, e o estado sendo desmontado também é parte de uma política de morte. É muito importante ter política de conscientização, reeducação do nosso povo, ensinar para os meninos que as mulheres não são propriedade dos homens, desde a escola, é importante ter leis que punam, mas é muito importante a gente conseguir, neste momento,

pensar que de nada adianta a denúncia se não há o acolhimento. Nós temos um projeto de lei protocolado nesta Casa, que também pode cair por alguma eventualidade da questão legal, mas eu acho que o mérito vem colocando a importância de a gente ter urgência em relação a aprovar leis progressistas que visem a garantir, em última instância, a vida. Parabéns, Ver. Hamilton.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia e da Ver.^a Mônica Leal, ao PLL nº 076/22.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir o PLL nº 076/22.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, Presidente Lourdes, nobres colegas vereadoras e vereadores; é extremamente importante este debate na nossa primeira sessão após o recesso. Eu subo aqui dividindo com vocês a alegria, como cidadã, como mulher, das duas vitórias que nós tivemos ontem, Ver.^a Nádia, quando, até que enfim, se acabou com o argumento de matar e dizer depois, na sua defesa, que foi em legítima defesa da honra. Todos nós lembramos de Ângela Diniz, todas nós lembramos de quantas vezes esse argumento foi usado criminalmente. Parabéns, PDT, o Ver. Bins Ely já abordou esse tema, para nós, extremamente importante. Portanto, em 2023, a gente chega, e acabou com esta chamada honra.

Também tivemos ontem a aprovação, na Câmara Federal, do projeto Não é Não, igual ao projeto que nós, nesta Câmara Municipal de Porto Alegre, aprovamos por unanimidade, criando o Selo Mulheres Seguras. A partir dessas duas vitórias, subimos aqui para discutir exatamente, Ver. Hamilton Sossmeier, esse seu projeto de lei. Eu quero cumprimentá-lo pela importância desse projeto exatamente no mês que nós iniciamos do Agosto Lilás, e eu já agradeço a cada colega vereador e vereadora que está usando o lacinho lilás do mês de agosto,

o mês de combate à violência. Eu acho que cada um de nós aqui, que nos propusemos a defender o avanço da nossa sociedade, precisamos combater a violência. Não é possível, Ver.^a Cláudia, que a gente amargue o dado de 2022, que foi o maior da história em estupros no nosso País – o maior! –, foram 74.930 vítimas de estupro; vocês sabem o que isso significa, gente? A cada sete minutos, uma pessoa é estuprada no nosso País. Não é possível que a gente olhe essa violência e passe batido. Por isso, nós precisamos usar o lacinho lilás e abordar, sempre que pudermos, o tema de combate à violência. Portanto, no mérito, Ver. Hamilton, o senhor foi muito feliz em apresentar esse projeto de lei. Na semana que vem, nós iremos completar 17 anos da Lei Maria da Penha, a lei que a Maria da Penha, vítima de violência, acabou emprestando o seu nome, para o combate à violência doméstica, o combate ao feminicídio.

Garantir, portanto, que a gente possa prevenir, inclusive, o crime de feminicídio, é uma boa atitude educativa para as nossas crianças, quando a gente vê o balanço do Ligue 180 – a Central de Atendimento à Mulher –, que aponta que 80% dos casos de violência reportados à agressão foram cometidos por quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo. Portanto, tomara que esses ventos que estão soprando favoravelmente ao combate a essa violência no nosso País chegue aqui em Porto Alegre também, para que a gente possa ajudar, contribuir no combate à violência contra a mulher. Essa tendência de as crianças presenciarem a agressão é grande, e, portanto, elas saberem das leis que as protegem e que protegem suas famílias é fundamental. Vamos aprovar, tenho certeza, por unanimidade. Muito obrigada e parabéns Ver. Hamilton Sossmeier!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 076/22.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Primeiro dia de plenário e eu faço aqui uma denúncia, que eu venho acompanhando desde o início deste mandato. Nesta

Casa, o que está ocorrendo é grave. Eu gostaria de salientar que eu tenho um projeto que coloca, de forma transversal, a cultura gaúcha. De forma transversal, vejam bem! Sou a favor do projeto do Ver. Hamilton Sossmeier, é bom que se diga aqui, mas o meu projeto, que coloca a cultura gaúcha de maneira transversal no currículo escolar, foi negado! Porque os amigos do rei, da CCJ, assim o fazem! Então, chega! Eu vim a esta tribuna finalmente para denunciar algo que eu venho reparando. Vejam bem, CCJ: Ver. Ramiro Rosário, Ver.^a Comandante Nádia – do meu partido –, Ver. Tiago, Ver. Claudio Janta negaram um projeto nos mesmos termos! É! Negou! Está aqui! Eu tenho tudo! A Ver.^a Mari Pimentel, que se intitula a maior defensora da educação, também negou, derrubou o projeto, já é a segunda vez, porque ela acha que não é importante a educação digital, tentou derrubar e não conseguiu. Na época, eu contestei o parecer da CCJ argumentando que, por se tratar de uma disciplina transversal e conforme parecer favorável da Procuradoria desta Casa, a matéria era constitucional. Após voltar para a análise da comissão, foi mantido o relatório desfavorável ao projeto de lei, tendo como relator o Ver. Ramiro Rosário; o primeiro foi o Ver. Felipe Camozzato. Além do próprio Ramiro, os vereadores que concordaram com a rejeição foram Cláudio Janta, Comandante Nádia, Tiago Albrecht. Em seu relatório, a Comissão de Economia e Finanças – CEFOR teve como relatora a Ver.^a Mariana Pimentel do NOVO; também rejeitou o projeto. Biga Pereira e Roberto Robaina foram os únicos vereadores que foram contra o parecer. Da mesma forma, a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação, cuja relatora é a Ver.^a Fernanda Barth, votou pela rejeição da matéria. Os vereadores que acompanharam o voto foram Jessé Sangalli, Marcelo Sgarbossa e Moisés Maluco do Bem. Agora, neste momento, o projeto está na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude.

Eu pergunto aqui: que modelo é esse na Câmara de Vereadores, que, para um lado, é constitucional, é meritório, apoiam, batem palmas e, para outro, não, sendo que o projeto do Ver. Hamilton Sossmeier, que eu apoio, não tinha como disciplina transversal? Como eu fui secretária de Estado da Cultura, eu sei muito bem que tu não podes, de forma alguma, inserir no currículo escolar qualquer

matéria, tem que ser como disciplina transversal, eu fiz o meu, tanto que recebeu parecer favorável da Procuradoria desta Casa. Agora, o modelo aqui instalado, neste ano legislativo, nestes quatro anos, é o dos amigos o rei. Aí aprovam! Então, esta denúncia que eu faço é muito grave. Ora, a turma de vocês, a panela dos senhores e senhoras! O projeto é meritório, é educativo e levou negativa! Qual é o motivo? Senhores e senhoras, respondam por que um projeto com o mesmo teor, mesmo objetivo, só muda a matéria, mesmo objetivo educativo, sendo que o meu projeto era matéria transversal e não inserir no currículo escolar, por que a CCJ e as outras comissões derrubaram o plenário? Não! Eu queria entender por que dois pesos e duas medidas, o que fica claro que, nesta Câmara, existem grupos de amigos na votação do projeto. E não subam aqui para tentar, porque contra fatos, números e documentos ninguém vai ter como negar. Isso existe, já está sendo, inclusive, comentado por vários colegas. O projeto foi derrubado, senhores e senhoras, matéria transversal, disciplina, cultura gaúcha, aquilo que é da nossa terra, da nossa gente, que traz disciplina, que traz valores, foi derrubado nas comissões. Incrível! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Sra. Presidente, só queria que a Ver.^a Mônica Leal restabelecesse a sua fala de que, tanto no projeto dela quanto no projeto do Ver. Hamilton Sossmeier, eu, sendo da CCJ, apresentei existência de óbice. Por quê? Porque não se muda grade curricular. Tanto que estou fazendo, a partir da conversa com o Hamilton, a troca. Não há obrigatoriedade e tampouco alguma fala sobre grade curricular. Eu sou muito justa nos meus pareceres.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sra. Presidente, apenas para deixar registrado, de acordo com nosso Regimento. Pelo bom decoro, foi feita uma acusação de que há grupos amigos do rei e toda uma fantasia na cabeça da Ver.^a Mônica, mas eu subi a esta tribuna dizendo que votaria contra. Por uma filigrana, o Presidente da Casa humildemente aceitou a sugestão de uma

emenda, por isso votamos. Apenas uma questão de ordem pelo bom decoro. Obrigado.

Vereadora Fernanda Barth (PODE): Eu só queria esclarecer que, no primeiro ano de mandato, eu tentei colocar o estudo sobre o massacre, o genocídio de Holodomor no currículo escolar, ou como sugestão de grade, e fui derrotada no voto aqui na Câmara de Vereadores, na CCJ, e aceitei. Eu, como vereadora, gostaria de deixar registrado que eu tenho o direito de votar como eu bem entender, dependendo da matéria que seja apresentada. Obrigada.

Vereadora Mônica Leal (PP): Ver.^a Lourdes, que preside os trabalhos na tarde de hoje, iniciando a segunda metade do ano legislativo, parece que eu não fui clara quando subi naquela tribuna. O projeto para inserir a matéria “cultura gaúcha” nunca foi no currículo escolar e, sim, como disciplina transversal, o que significa, para aqueles que estão com dificuldade de entender, palestras. Diferente do projeto, agora, que entrou, que foi submetido a uma emenda como palestras e matéria transversal, que eu vou aprovar.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Eu só quero me somar à questão da Ver.^a Mônica. Ver.^a Mônica, eu concordo com a senhora, os pareceres da CCJ parecem direcionados, parece que são teleguiados, porque eu propus um prêmio aqui na câmara, o Prêmio Atlas, que era para homenagear os grandes empreendedores que carregam a nossa economia nas costas, e foi negado porque tinha que partir da Mesa – uma questão de legalidade. Mas a Ver.^a Daiana Santos apresentou, na época, o projeto Meninas Olímpicas, que era uma premiação também e foi aprovado. E não faz sentido que projetos de mesmo teor sejam negados na CCJ para uns e aprovados para outros, eu acho que isso quebra a isonomia do Parlamento, tira o respeito, inclusive, acontecendo o que está acontecendo com a Ver.^a Mônica. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLL nº 076/22.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente Lourdes, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara; diante dos ataques que recebi aqui, inúmeras vezes foi falado o meu nome, diante de ser uma defensora da educação, mas optando contra o vereador legislar sobre a educação, digo: sim, é inconstitucional. Se cada um dos nossos vereadores tivessem as suas matérias preferidas, o que seria o currículo escolar? O que seria? Nós não teríamos a BNCC, nós não teríamos uma base curricular que vem de Brasília e depois os estados e municípios se adaptam. Nós temos aqui vereadores que são professores e sabem disso. A gente tem aqui uma situação de uma vereadora que diversas vezes tenta atacar a educação, colocando as suas pautas na educação. Por que eu falo atacar a educação? Porque a educação deve ser maior que cada um de nós, maior que a ideologia de um ou de outro. A educação é premissa primeiro da União, depois do Estado, e depois do Município, e não do Parlamento e de acordo com as nossas convicções. Eu tenho certeza que temas importantes para a educação devem ser trabalhados, devem ser incentivados, mas não de maneira obrigatória. A maneira transversal, quando traz obrigação, deve ser competência do prefeito, e esse escolhido pela maioria, e não competência do vereador; ele vai trazer o que deve ter na educação ou não. Quando nós inserimos o currículo da educação digital, que muitas vezes sou atacada por ser a única vereadora que votou contra, é porque não é competência do Município, do vereador colocar a grade curricular; é competência da Secretaria Municipal de Educação.

O que eu pergunto é: vereadores da base tentam passar projetos que são inconstitucionais, mas basta sentar com prefeito e com a Secretaria de Educação e pedir alteração. Na educação, para qualquer alteração curricular, temos o Conselho Municipal de Educação. Ver. Jonas, grande defensor do conselho, sabe: temos o conselho, que faz toda a revisão do que está na grade curricular. Nós, vereadores, queremos passar por cima de todo mundo – do prefeito, do

conselho –, depois brigamos entre nós, o que não deve ocorrer. Por isso, eu, como defensora da educação, nunca criei uma lei que colocasse uma obrigatoriedade curricular a nenhuma escola, porque sei a minha competência. Eu sempre vou brigar e lutar por uma educação de qualidade, em que o aluno seja valorizado, que os pais participem, e não uma educação na qual nós, vereadores, acreditemos que somos donos da verdade.

Digo mais, Ver.^a Mônica Leal, uma das questões que estamos tendo agora de um colapso na educação, dos *kits*, Ver. Jonas Reis, que foram comprados, eram com a obrigatoriedade de mudar o currículo escolar. Mas não sei, compramos uns *kits* de quase R\$ 15 milhões, da Mind Lab, que exigiam alteração no currículo escolar. Ou o prefeito e a secretaria não sabiam disso, ou nós não sabemos ainda e temos perguntas a fazer. Por isso, quando a gente fala aqui – muitos vem perguntar – sobre o que esperar da CPI da base, o que esperar da CPI do governo, eu vou te dizer que nem o governo sabe, porque o governo comprou milhões de reais em material que exige uma alteração curricular e até agora não mudou o currículo do Município para se adaptar a esse material. O que está acontecendo? Será a Mari a não defensora da educação ou será a Mari quem defende, com unhas e dentes, uma educação séria, que deve vir lá da Secretaria de Educação, da Prefeitura, e deve aqui prevalecer no Parlamento. Obrigada!
(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Mônica Leal (PP): É importante, porque me preocupo com a dificuldade de interpretação que certos colegas têm: eu subi na tribuna e disse que o projeto é para disciplina transversal, cujo significado são palestras; jamais colocar uma matéria no currículo escolar. É claro que não é competência de um vereador modificar o currículo escolar. Então, o projeto foi simplesmente uma disciplina transversal, oferecer palestras, e mesmo assim ele foi voto contrário.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 076/22 à apreciação

das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 076/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, é importante destacar aqui que a maioria dos habitantes da capital é composta por mulheres; é importante destacar aqui que, só na rede municipal, nós temos 99 escolas; na rede estadual, mais de 240 escolas estaduais; na rede conveniada, mais de 200 escolas. São instituições que fazem a formação dos futuros cidadãos e cidadãs da capital. Nós precisamos, cada vez mais, pensar os temas nevrálgicos que desmobilizam direitos. Nós precisamos concentrar energia para que os direitos humanos que não são respeitados pela extrema direita, tacanha, bolsonarista, sejam, sim, discutidos no âmbito do sistema escolar. A quem interessa não debater a problemática da violência contra as mulheres? Nós precisamos debater, sim. É um problema seriíssimo, mulheres têm os seus direitos cerceados a todo momento, a todo minuto no Brasil inteiro, onde elas são maioria. A política brasileira é feita pela maioria de homens. Nós precisamos alargar direitos, combater o feminicídio na raiz, e a raiz é o debate educacional do povo brasileiro. Já é passada a hora de pensar uma educação de fato cidadã. Agora, há pouco tempo, tinham uns que defendiam sabem o quê? Que as pessoas pegassem armas e se defendessem. Vejam só, não é por aí que nós vamos alargar direitos; é pela educação, é pela cultura. Aí eu pergunto: como Porto Alegre vai alargar direitos, se o prefeito agora concede apenas 5,79% de reajuste salarial às educadoras, às mulheres das escolas. E os secretários deles, sabem quanto vão ganhar? Quarenta por cento! Para as mulheres das escolas, trabalhadoras, educadoras, só 5,79%, mas para os secretários do Melo, cuja maioria são homens, é 40%. Esse debate tem que ser feito também, essa discussão tem que ser elevada. Não adianta só mexer no currículo, é preciso mexer na raiz dos problemas. Quando o governo acha que quem merece mais é o seu secretariado e não quem está lá na escola fomentando a educação pública, isso é um disparate, isso é uma vergonha, é

uma injustiça! Ninguém levantou isso aqui. Pois eu levanto, como alguém que entende de educação. Agradeço inclusive às professoras, porque se não fossem elas eu não teria feito duas graduações, mestrado e doutorado, na área da educação. É esse tipo também de valorização que a gente precisa, Ver. Oliboni, não é só mexer no currículo. “Ah, mexe, vamos incluir as mulheres, vamos debater o feminicídio”. Mas lá na ponta, as mulheres têm um salário baixíssimo, o salário mais baixo é sempre das mulheres, e para isso todo mundo lava as mãos. Agora, por exemplo, a enfermagem, cuja maioria são mulheres – técnicas, auxiliares, enfermeiras –, tem um monte de gente fazendo *lobby* e fugindo, não querem pagar o piso da enfermagem! Então nas profissões onde a maioria são mulheres, não se tem valorização. Então, Ver. Hamilton, conte com o meu apoio, mas o senhor está num governo que valoriza os secretários em 40% e as educadoras das escolas em apenas 5,79%. O seu projeto é meritório, mas a sua caminhada política neste momento é equivocada, porque está do lado da valorização do salário dos secretários, cuja maioria é homem, mas não está do lado da valorização da educação. Inclusive na semana que vem nós vamos começar a discutir CPI. A segunda-feira vem aí e nós queremos saber onde estão os R\$ 110 milhões da educação. Nós queremos esse dinheiro para a educação! Nós queremos saber onde estão os R\$ 110 milhões dessas compras. Isso vai ser discutido aqui, pormenorizadamente, não vamos nos calar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Registramos a presença da deputada Bruna Rodrigues.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 076/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 076/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(16h54min) Encerrada a Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o PR nº 061/23, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede a Comenda Porto do Sol ao Sr. Deltan Martinazzo Dallagnol.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Passamos à

PAUTA

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Lourdes, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Deputada Bruna Rodrigues, sempre bem-vinda a esta Casa. Eu quero agradecer à Ver.^a Biga que fez referência a mais uma vitória judicial do PDT no STF com relação ao fim daquela prerrogativa que se utilizava, a respeito da legítima defesa da honra; o cidadão vai lá, dá quatro tiros na mulher, mata a mulher e diz: “Eu matei porque eu a amava”. Só um pouquinho, vamos nos respeitar, terminou esse argumento, estamos em 2023. Então, quero cumprimentar e agradecer pelo laço lilás, Ver.^a Biga, representando o Agosto Lilás, e acho que tivemos uma vitória muito importante, esse tipo de arguição já não pode mais ser utilizada para justificar o injustificável, e falo isso na condição de pai de três filhas mulheres: precisamos acabar com a violência contra a mulher.

Eu vim aqui hoje falar a respeito do meu projeto que está em 1ª sessão de Pauta e que diz respeito à prevenção ao suicídio, telefone 188. Casualmente, o presidente do Rotary Internacional tem uma passagem na família, seu irmão cometeu suicídio; sei que não se comenta a respeito do suicídio, mas existem muitas pessoas que precisam de um auxílio, em especial psiquiátrico, porque realmente existem sinais, e profissionais, identificando determinados sinais, podem salvar a vida de uma pessoa que está prestes a cometer o suicídio.

O nosso projeto de lei diz respeito ao mobiliário urbano, e a nossa intenção é excepcionalizar a vedação aos veículos de divulgação e anúncios que tratem de prevenção aos suicídios nos locais que especifica. Nós temos alguns próprios onde é proibido fazer propaganda, mas quem sabe se for uma propaganda de conscientização, divulgando o 188, que possa ajudar a salvar uma pessoa, para que ela não cometa o suicídio, eu acho que já está valendo a pena. Então vamos excepcionalizar e vamos permitir, sim, que se divulgue o 188, que se divulgue todo e qualquer esforço em favor de políticas públicas, a favor da prevenção ao suicídio, porque isso acontece, especialmente na nossa juventude. Aqui em Porto Alegre temos altos índices, então nós precisamos dar a nossa contribuição também enquanto legisladores e legisladoras aqui da capital dos gaúchos, onde os índices de suicídio são altos, uma das capitais que têm os maiores índices de suicídio no Brasil, e que nós possamos dar a nossa contribuição. Peço que os nobres pares se atentem a esse projeto de minha autoria, que está em primeira sessão de pauta.

Contribuindo aqui, então, Ver.^a Lourdes, para os debates da pauta da tarde de hoje, nós tivemos aqui um debate acalorado a respeito do Parque da Harmonia, da preocupação do Movimento Tradicionalista Gaúcho com respeito aqui à realização dos festejos da Semana Farroupilha, mas a gente também não pode deixar de destacar outras pautas importantes, como esta de minha autoria, que corre em 1ª sessão de Pauta, com relação à prevenção ao suicídio, e também uma vitória hercúlea do nosso partido, o PDT, junto ao STF, ontem, e que diz respeito a não poder mais ser alegada legítima defesa da honra, que não cabe mais hoje, em tempos em que a liberdade das mulheres, sem dúvida nenhuma, não pode mais ser contestada, não deve mais ser contestada e nem será mais contestada, pelo menos no que diz respeito a essa questão da violência contra a mulher, sob esse argumento. Eu considero que é um argumento nefasto, insustentável e que bom que o nosso Judiciário acabou com este tipo de sustentação de defesa para o indefensável.

Muito obrigado pela atenção, uma boa tarde e que bom que retomamos os trabalhos da Casa, após o recesso, hoje já inaugurando obra, Ver. Hamilton. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente Lourdes, antes de terminar, eu gostaria de dar uma opinião sobre a inconstitucionalidade de projetos autorizativos: que a gente evite esse constrangimento no plenário e faça indicativos – eu já fiz vários e está lá o projeto realizado. O pessoal tem razão, nós sempre trouxemos os projetos para o plenário, quando a CCJ ou qualquer outra comissão dá por inviável por inconstitucionalidade, por vício de origem. Eu acho sempre bom a indicação quando se tem esses problemas. O projeto vai ser também do vereador ou da vereadora, a iniciativa é dele, o prefeito é uma pessoa acessível e vai compreender e aceitar, tenho certeza, essa ideia brilhante dos vereadores. Um abraço, obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h01min.)